

UNIVERSIDADE BRASILEIRA NO SÉCULO XXI: DESAFIOS DO PRESENTE

Mauro Sérgio de Carvalho Tomaz¹

“[...] antes que um desafio de ação é a educação superior no Brasil um desafio de compreensão” (SGUISSARDI, 2009, p. 17).

A obra de Valdemar Sguissardi, espécie de coletânea, é composta por onze capítulos, todos textos publicados em diversas revistas especializadas e compilados neste livro intitulado *Universidade brasileira no século XXI: desafios do presente*. Embora o título seja mais abrangente, o livro trata principalmente da movimentação do ensino superior brasileiro desde o surgimento das primeiras universidades na década de 20 até às propostas de reforma ocorridas no primeiro mandato do presidente Lula, em 2006. No geral, o livro se concentra em apresentar ao leitor a movimentação universitária no Brasil e no mundo e sua transição daquilo que o autor chama de “modelo universitário clássico” para “modelos universitários de ocasião”. Segundo ele, essa mudança é pautada nas propostas de organizações como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), realizadas principalmente entre os anos 80 e 90 não só no Brasil como também em IES de outros países, principalmente da Argentina, Austrália, Chile e Canadá.

Em relação ao Brasil, desde a criação da URJ (UFRJ), que ele considera como sendo a primeira universidade brasileira, até a promulgação da Constituição de 88 e da LDB (9.394/96), englobando as reformas de 1968 e das décadas de 80 e 90, o autor vê a influência crescente destas organizações mundiais através da inserção da ideia de maior investimento estatal na educação primária (pois é a que garantiria maior retorno financeiro), da competitividade, da educação como “quase-mercado”, ou seja, que passa a ser vista como parte do problema econômico a partir da difusão da organização social neoliberal e dos efeitos negativos da globalização. Para

¹ Mestrando em Processos Socioeducativos e Práticas Escolares e graduado em Filosofia pela Universidade Federal de São João Del-Rei. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/1337932858013841>.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XIV Jul-dez 2016	Trabalho 10 Páginas 157-160
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

Sguissardi, o Brasil vem cumprindo à risca essas propostas, de modo que, segundo ele, pode se dizer que nunca houve, de fato, autonomia das Universidades públicas brasileiras (Idem, p. 189).

Para o debate, o autor traz uma grande quantidade de dados, tabelas, valores e porcentagens sobre os mais variados temas e problemas que vêm sendo enfrentados pelas IES públicas, nacionais e internacionais, no último século. Por isso, muito mais do que apenas uma crítica “esquerdóide” sobre os efeitos negativos da globalização, o autor tece uma fina e substancial reflexão sobre a atuação destes organismos multilaterais e o que suas propostas têm acarretado no ensino superior mundial. Embora possa estar “desatualizado” em relação aos projetos de lei, reformas e discussões, conquistas e derrotas atuais das IES públicas no Brasil e o exterior, o estudo realizado por Sguissardi se mostra de inegável valia para a compreensão dos debates hodiernos sobre o tema, pois traça um panorama sólido e completo sobre suas origens e primeiros passos no Brasil.

Após breve caracterização, no Prefácio, do objetivo e da metodologia utilizada, o autor propõe os desafios que o Ensino superior brasileiro tem enfrentado desde suas origens. Em resumo, estes desafios se concentram em três grandes eixos: o problema da privatização, a garantia ou perda de autonomia da instituição e a transição dos “modelos clássicos” (alemão, humboldtiano, autônomo) para os “modelos de ocasião” (neoprofissional, heterônomo, competitivo). Nestes três grandes temas se enquadram todos os capítulos, com exceção do último, e de todas as análises realizadas pelo autor ao longo da obra.

Ainda discutindo as propostas do Banco Mundial para o Ensino superior, que se concentram principalmente na redução da intervenção estatal nas IES públicas e a valorização do apoio de instituições privadas, aponta para um importante problema em relação ao contexto brasileiro: o surgimento das FAIs (Fundações de Apoio Institucional, de caráter privado sem fins lucrativos). O debate sobre a atuação das Fundações, para ele, mantém profunda relação com a reflexão sobre a autonomia, desenvolvimento e gerência da IES públicas. Sguissardi considera que o interesse das Fundações, muito em acordo com as propostas daqueles organismos multilaterais, se concentra na flexibilidade administrativa, na transformação da atividade universitária (conhecimento) em mercadoria (ou “quase-

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XIV Jul-dez 2016	Trabalho 10 Páginas 157-160
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

mercadoria”) e na menor intervenção estatal no ensino superior. Para o autor, em grande medida, essas propostas foram “facilitadas” pelo Plano Diretor da Reforma do Estado, de 1995, e demais decisões realizadas no octênio de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), no qual o autor encontra três teses (em resumo, as mesmas que vem discutindo ao longo da obra: do maior retorno social da educação primária que da superior, da universidade de ensino – modelo neoprofissional – *versus* universidade de pesquisa – modelo tradicional – e do ensino superior como bem privado) que, segundo ele, orientaram essas reformas pontuais com vistas a dar prosseguimento ao “modelo mundial de universidade”. Essas decisões continuam, para ele, ainda no primeiro mandato do governo Lula (2002 – 2006) através de proposta de Lei que alteraria a LDB e do anteprojeto de Lei da Educação Superior ou da Reforma Universitária, de 2005, que manteriam as propostas neoliberais do Banco Mundial, do FMI e da OMC, para a constituição de uma universidade de caráter comercial, ou seja, neoprofissional, heterônoma, competitiva, funcional e operacional.

O autor se debruça ainda a refletir sobre a utilização do conceito de “qualidade” e sua proliferação no cenário internacional da educação superior. Para ele, esta é apenas mais uma forma de demonstrar o caráter privado/mercantil das IES, pois o conceito tem uma forte conotação industrial/comercial. Sguissardi reconhece a predominância desse conceito no Brasil desde a reforma de 1968, tendo se associado desde então ao problema do financiamento e das novas legislações aprovadas, como é o caso da Inovação Tecnológica (Lei 10.973/04), da Parceria Público-Privada (PPP – Lei 11.079/04) e do ProUni² (Lei 11.096/05).

O décimo primeiro e último capítulo da obra, com o sugestivo título *Estratégia (ou receita) para destruir uma universidade autônoma* é dedicado ao “caso Unimep”. Ali, Sguissardi faz um relato pessoal a respeito do ocorrido na Universidade Metodista de Piracicaba em 2007, que demitiu, sem nenhum tipo de aviso prévio, aproximadamente 148 docentes com título de doutorado e outros

² Em relação ao ProUni, diz Sguissardi: “esse pretensioso programa encobre uma das mais perversas medidas que, pretextando ‘publicização’ do privado, acabam por fortalecer as instituições privadas comerciais de ensino. [...] aprovou-se a possibilidade de troca de cerca de 10% das vagas das instituições privadas ou 8,5% da receita bruta, na forma de bolsas para alunos egressos de escolas públicas, entre outros, em troca de isenção de um conjunto de impostos” (SGUISSARDI, 2009, p. 306, aspas no original).

profissionais. A utilização do relato, mais do que somente um desabafo sobre o trâmite “belicoso” (paralisações, invasões do *campus*, disputas judiciais) ocorrido pelo autoritarismo do reitor há pouco eleito, serve como exemplo para demonstrar o quanto Sguissardi considera que as novas propostas neoliberais de organização do ensino superior são uma afronta à autonomia da instituição universitária.

Ainda que Sguissardi parta do pressuposto de que a universidade de modelo tradicional seja o ideal de uma instituição universitária, ela não deixa de apresentar uma série de problemas, como aponta a meditação de Johan Fichte em *Por uma universidade orgânica*, que busca refletir sobre o processo de conhecimento e de Karl Jaspers em *The idea of the University* (1946), *Renovação da Universidade* (1945), *O vivente espírito da Universidade* (1946) e *Filosofia e Ciência* (1948). Além deles, e de modo distinto, há a meditação de José Ortega y Gasset no ensaio *Misión de la Universidad* (1930), que, seguindo esse modo germânico de interpretar o problema, principalmente devido à sua formação neokantiana em Marburgo, acredita ser a instituição universitária a responsável pela resolução de um problema cultural, a saber, o do advento do homem-massa, conforme se observa em *La rebelión de las masas*, também de 1930. Portanto, ainda que este modelo tradicional seja preferível ao “de ocasião”, é preciso voltar à reflexão da epígrafe que abre este texto, tendo sempre em mente a instigante frase de Tchekhov: “a Universidade desenvolve todas as capacidades, inclusive a estupidez”.

REFERÊNCIA

SGUISSARDI, Valdemar. *Universidade brasileira no século XXI: desafios do presente*. São Paulo: Cortez, 2009. 341 p.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XIV Jul-dez 2016	Trabalho 10 Páginas 157-160
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	